

Situação do Presídio Central será analisada pela OEA

Com capacidade para 1,8 mil detentos, local recebe mais de 4,6 mil

Igor Natusch

igor@jornaldocomercio.com.br

Alvo de movimentações junto à Organização dos Estados Americanos (OEA) desde 2013, a situação do Presídio Central de Porto Alegre volta a ter desdobramentos na esfera internacional. A Corte Interamericana de Direitos Humanos (Cidh) da entidade confirmou que vai conduzir de forma imediata a análise da denúncia de violações no complexo, que sofre de forma crônica com a superlotação e com problemas estruturais e de gestão. O Estado brasileiro é o principal denunciado, mas o Executivo do Rio Grande do Sul também pode responder de forma subsidiária pelas irregularidades, uma vez que é responsável pela gestão do sistema prisional gaúcho.

A análise de uma denúncia pelo Cidh passa por duas etapas. Na primeira, é definida a aceitação ou

não da petição, passando depois à análise do mérito. Embora a primeira etapa não tenha sido concluída, a corte já havia emitido medidas cautelares, exigindo do País ações para melhorar a situação. Diante de indícios de que os problemas seguem ocorrendo, a Cidh decidiu conduzir o processo imediatamente - ou seja, irá avaliar admissibilidade e mérito ao mesmo tempo, um procedimento incomum por parte do colegiado. A divulgação do relatório ainda não tem data definida.

“Os principais pontos continuam os mesmos”, diz Gilberto Schäfer, presidente da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris), uma das signatárias da denúncia. O principal, argumenta, é a permanente superlotação do complexo. Atualmente, segundo a Superintendência de Serviços Penitenciários (Susepe), há 4.663 pessoas no Central, unidade tratada hoje pelo

Executivo gaúcho como Cadeia Pública de Porto Alegre. A capacidade prevista para o complexo fica em torno dos 1,8 mil detentos. Ao todo, o Estado tem 37.041 pessoas em prisões e penitenciárias - mais de 13 mil acima da capacidade de engenharia definida pela própria Susepe, de 24 mil apenados. Há, ainda, 110 pessoas nos dois centros de triagem conduzidos pela Susepe, além dos que aguardam condução aos presídios em delegacias ou, em situações extremas, em ônibus e viaturas da Polícia Civil e da Brigada Militar.

“O Central só não explodiu ainda porque as delegacias estão abarrotadas de presos (provisórios)”, reforça o presidente da Ajuris. Outros problemas envolvem a má qualidade da alimentação fornecida aos detentos e a ausência de políticas de ressocialização e de ensino. Há também, diz ele, um grave comprometimento da estrutura predial - o que,



MARCELO G. RIBEIRO/JC

Estado tem 13 mil presos a mais do que comporta o sistema

além de aumentar a insalubridade no complexo, multiplica o risco de tragédias coletivas, como incêndios.

Na avaliação de Schäfer, as ações do Estado têm sido “insuficientes” para lidar com a gravidade da situação. “Sempre colocamos que o problema do Central não se resume a ele. Reflete na Região Metropolitana e em todo o sistema penitenciário gaúcho. A superlotação força os presos a se filiarem a facções, transformando detentos que, originalmente, não eram perigosos em grandes ameaças à sociedade. É preciso um plano prisional efetivo para o Rio

Grande do Sul, a partir de aportes do governo federal”, defende.

O Fórum da Questão Penitenciária, responsável pela denúncia, tem prazo de quatro meses para apresentar uma manifestação final sobre o caso do Central, na qual poderá reforçar e acrescentar argumentos à denúncia inicial. Após essa fase, o Cidh procederá a apreciação do mérito, que resulta em um relatório sobre a responsabilidade das esferas federal e estadual no problema. Caso o Brasil não aceite o relatório, a questão vai ao Tribunal Administrativo da OEA.

Governo prevê R\$ 50 milhões para novas casas prisionais

Em nota, a Secretaria da Segurança Pública (SSP) reconhece que o atual quadro da Cadeia Pública de Porto Alegre exige investimentos “necessários e prioritários” para melhorar suas condições estruturais, mas reforça que a situação existe há décadas e foi agravada pela destruição do pavilhão, em 2014. Em curto e médio prazos, a pasta prevê investimentos de até R\$ 50 milhões na construção de novas unidades, além da utilização plena da Penitenciária de Canoas, que depende da formação de agentes penitenciários aprovados

em concurso no começo do ano.

Para os próximos 60 dias, a SSP prevê a conclusão de um terceiro centro de triagem, com capacidade para 112 detentos, além de uma nova cadeia pública, erguida através da permuta de imóvel da Federação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH) com o Grupo Zaffari e com previsão de 400 vagas. A assinatura da ordem de serviço deve ocorrer em 60 dias, com prazo de execução de 180 dias. “Há, ainda, os presídios já anunciados em Viamão (430 vagas) e Alegrete (286

vagas). Em 2017, o Estado também recebeu a confirmação da construção de um presídio federal de segurança máxima, com 208 vagas”, conclui a nota.

As obras em Canoas são alvo de críticas por parte do presidente da Ajuris. Na visão de Schäfer, o complexo tem “problemas de concepção e infraestrutura”, e o modelo de administração proposto pelo governo estadual não dá garantias de uma gestão adequada das unidades. “Não podemos permitir que o presídio de Canoas reproduza os problemas do Central. É preciso dar assistência aos apenados para que eles não precisem buscar essa assistência em associações criminosas”, diz.

Senado analisa plebiscito para revogar Estatuto do Desarmamento

Uma proposta que circula no Senado pode disparar um plebiscito sobre a revogação do Estatuto do Desarmamento, lei de 2003 que limita a comercialização e o porte de armas de fogo em solo brasileiro. Assinado pelo senador Wilder Moraes (PP-GO), o projeto está sendo analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) antes de ir a plenário. Segundo o parlamentar, a atual legislação faz com que a população seja “refém” do crime.

Caso aprovado o plebiscito, três questões seriam levadas à população. Além de perguntar se o estatuto deve ser revogado e substituído

por uma nova lei que crie requisitos para o porte e/ou posse de arma, seria questionado se a população rural com bons antecedentes deve ter o porte assegurado. A posse prevê a manutenção de uma arma no ambiente residencial ou de trabalho, enquanto o porte dá direito a andar na rua com o armamento.

As penas previstas para a posse irregular ou ilegal de arma de uso permitido vai de um a quatro anos de prisão, podendo também ocorrer a aplicação de multa. As penas para a posse e o porte de armas de uso restrito (usadas pelas polícias e pelas Forças Armadas) podem chegar a seis anos de detenção.

TRANSPORTE PÚBLICO

TJ-RS mantém liminar que garante 2ª passagem gratuita

A 1ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS) decidiu ontem manter a liminar que garante a gratuidade da segunda passagem na integração entre ônibus em Porto Alegre. A decisão indefere recurso da prefeitura, que havia dado fim ao benefício por decreto. A revogação ou a manutenção definitiva ainda depende de decisão do colegiado, sem data definida. Segundo o desembargador

Sérgio Luiz Grassi Beck, que assina a decisão, o decreto extinguindo a isenção é ilegal e prejudica os usuários, além de favorecer as empresas que exploram a concessão, uma vez que o benefício já estava previsto em licitação realizada em 2015. A alegação de que o fim da isenção diminuirá o valor de reajustes futuros é “fundamento frágil”, segundo o magistrado, uma vez que “o que se tem são apenas

expectativas, que dependem de inúmeras variáveis, sendo certo que não haverá ressarcimento dos valores despendidos no período”.

O benefício vigora desde fevereiro de 2011. No período em que foi derrubado, apenas estudantes poderiam usufruir da isenção. Os demais passageiros tiveram que pagar R\$ 2,02 pela segunda passagem, valor referente a 50% da tarifa, atualmente fixada em R\$ 4,05 na Capital.

FKL Impressoras e recargas
assistência de computadores
Há mais de duas décadas garantindo qualidade !!!
computadores - impressoras - calculadoras - máquinas de escrever
(51) 3223.0216 - 99917.0966
98115.8665